



Relatório do Pilar 3

2º Trimestre de 2026



Conteúdo

Introdução.....	3
1. Política de Divulgação de Informações.....	3
2. Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição – OVA.....	3
A interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição.....	3
Governança do gerenciamento de riscos.....	4
Canais de disseminação da cultura de riscos na instituição.....	6
Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos.....	6
Processo de reporte de riscos ao Conselho de Administração e à diretoria.....	6
Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse.....	6
Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade.....	7
Gerenciamento de capital.....	7
3. Gerenciamento do Risco de Liquidez (Tabela LIQA – Informações Qualitativas).....	8
Estrutura, Papéis e Responsabilidades do Gerenciamento de Risco de Liquidez.....	8
Estratégia de Liquidez (Captação de Recursos e Mitigação de Riscos).....	8
Processos para Gerenciamento do Risco de liquidez.....	8
4. Gerenciamento do Risco de Crédito (Tabela CRA – Informações qualitativas).....	9
Política e Limites Internos Associados ao Risco de Crédito.....	9
Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Crédito.....	10
Principais Tópicos de Gerenciamento do Risco de Crédito.....	11
Gerenciamento do Risco de Crédito por Contraparte: Tabela CCRA – Informações Qualitativas.....	12
5. Gerenciamento do Risco de Mercado (Tabela MRA – Informações Qualitativas).....	12
Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Mercado.....	12
Estratégia e Processos no Gerenciamento de Mercado.....	13
Principais Características dos Sistemas de Informação e de Mensuração dos Riscos.....	14
6. Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (Tabela IRRBBA – Informações Qualitativas).....	14
Estrutura, Responsabilidade do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....	14
Estratégia e Processos no Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....	15
Principais Tópicos e Metodologias do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....	15
Reclassificação entre Carteiras.....	16
7. Gerenciamento do Risco Operacional (Tabela ORA – Informações Qualitativas).....	16
As políticas e estratégias.....	16
Estrutura organizacional.....	16
Sistemas, rotinas e procedimentos utilizados para mensurar o risco operacional.....	16
Relatórios gerenciais.....	17
8. Informações Quantitativas.....	17
Anexo I (KM1 - Informações Quantitativas Sobre os Requerimentos Prudenciais).....	17
Anexo II (OV1 - Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco).....	17
Anexo III (CR1 - Qualidade creditícia das exposições).....	17
Anexo IV (CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal).....	18
Anexo V (MR1 - Abordagem Padronizada - Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado).....	18



Introdução

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre a prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (DB Brasil/DBSA) prepara suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Reputacional, Social, Ambiental, Climático, e Operacional.

Regularmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo DB Brasil, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos contínuos de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Diretoria Executiva, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do DB Brasil, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseado em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

O DB Brasil mantém a descrição completa da Estrutura Contínua e Integrada de Riscos, que abrange o gerenciamento de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, socioambiental e climático, além da Estrutura de Gerenciamento de Capital, publicadas em documentos de acesso público no sítio eletrônico (webpage) da Instituição.

No contexto supramencionado, os detalhes da estrutura de gerenciamento de riscos do DB Brasil em atendimento às exigências da Resolução BACEN nº 54/2020 se encontram detalhados a seguir.

1. Política de Divulgação de Informações

O DB Brasil mantém Política de Divulgação de Informações destinada a assegurar a transparência, consistência, tempestividade e fidedignidade das informações prudenciais divulgadas ao mercado, em conformidade com a regulamentação aplicável e com as diretrizes de governança do Grupo Deutsche Bank. A política estabelece os requisitos para divulgação de informações relacionadas à estrutura de gerenciamento integrado de riscos, gerenciamento de capital, ativos ponderados pelo risco (RWA), Patrimônio de Referência (PR), indicadores de liquidez e Razão de Alavancagem, divulgadas por meio do Relatório de Pilar 3 e demais canais institucionais aplicáveis.

A governança do processo de divulgação envolve as áreas de Risco, Tesouraria, Compliance e Finanças, com responsabilidades definidas para elaboração, validação, consolidação e publicação das informações. A área de Finanças atua como responsável pela consolidação das informações e pela disponibilização tempestiva do Relatório de Pilar 3 no website institucional, enquanto as áreas especializadas permanecem responsáveis pela qualidade e integridade das informações sob sua competência.

2. Visão Geral do Gerenciamento de Risco da Instituição – OVA

A interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição, e entre esse perfil e o nível de apetite por risco estabelecido pelo Conselho de Administração. A descrição deve englobar os principais riscos relacionados ao modelo de negócios.

O DBSA é uma subsidiária integral do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB) e opera no Brasil principalmente por meio das divisões Investment Bank (IB) e Corporate Bank (CB). O Investment Bank concentra atividades de vendas, negociação e estruturação de produtos de renda fixa e moedas, incluindo títulos de dívida, derivativos de balcão, câmbio e instrumentos do mercado monetário, além de atividades de consultoria, originação e sindicalização. O Corporate Bank oferece soluções de gestão de caixa, comércio exterior, custódia, serviços de agente e valores mobiliários e outros produtos de banco comercial para clientes corporativos



e institucionais.

O DBSA conduz suas atividades de forma compatível com sua capacidade de assumir riscos, seu capital e sua liquidez. O modelo de negócios envolve a oferta de produtos e serviços bancários, de tesouraria, mercado de capitais, financiamento, gerenciamento de liquidez e soluções financeiras a clientes corporativos, institucionais e demais segmentos atendidos pela instituição. Em decorrência dessas atividades, o DBSA está exposto a riscos financeiros e não financeiros que são identificados, avaliados, monitorados e gerenciados de forma contínua.

O gerenciamento de riscos busca assegurar que a tomada de risco planejada e efetiva permaneça alinhada aos objetivos estratégicos da instituição e aos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS). O apetite por risco representa o nível e os tipos de riscos que o DBSA está disposto a assumir para atingir seus objetivos de negócios, considerando sua capacidade financeira, requisitos regulatórios, disponibilidade de capital e liquidez e expectativas dos stakeholders. A RAS está integrada aos processos de planejamento estratégico, planejamento de capital, planejamento de liquidez e testes de estresse, constituindo um dos principais instrumentos de direcionamento da gestão de riscos.

Os principais riscos associados ao modelo de negócios do DBSA incluem:

- Risco de Crédito, decorrente da possibilidade de perdas associadas ao descumprimento de obrigações contratuais por tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores.
- Risco de Contraparte, relacionado à inadimplência de contrapartes em operações financeiras, derivativos e instrumentos de mercado.
- Risco de Mercado, decorrente de oscilações adversas em taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações, spreads de crédito e demais fatores de mercado.
- Risco de Liquidez, associado à incapacidade de cumprir obrigações financeiras ou financiar adequadamente suas operações sem incorrer em perdas relevantes.
- Risco Operacional, relacionado a falhas ou inadequações de processos, pessoas, sistemas ou eventos externos, incluindo riscos legais.
- Risco de Modelo, decorrente do uso inadequado, limitações ou falhas em modelos utilizados para mensuração, monitoramento ou tomada de decisões.
- Risco Reputacional, associado à possibilidade de impactos negativos decorrentes da percepção de clientes, reguladores, investidores, colaboradores e demais partes interessadas.
- Riscos de Concentração, decorrentes da exposição excessiva a determinados clientes, grupos econômicos, setores econômicos, mercados, países ou fatores de risco.
- Riscos Relacionados à Sustentabilidade e ESG, incluindo riscos climáticos e ambientais capazes de afetar o perfil de risco da instituição direta ou indiretamente.
- Risco de Conformidade, incluindo risco de perdas decorrentes do descumprimento de disposições legais, regulatórias, códigos de conduta ou normas internas aplicáveis às atividades da Instituição.

O apetite por risco do DBSA é definido em relação à capacidade de risco da instituição e busca preservar a estabilidade de resultados, a adequação de capital e a liquidez. A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) integra o planejamento estratégico, o planejamento de capital e liquidez e os testes de estresse, sendo desdobrada em métricas e limites. O perfil de riscos é monitorado continuamente contra esses parâmetros, e desvios, violações ou tendências adversas são escalonados aos fóruns competentes para avaliação e definição de medidas corretivas.

Governança do gerenciamento de riscos: responsabilidades atribuídas ao pessoal da instituição em seus diversos níveis e relacionamento entre as instâncias de governança.



A governança do DBSA estabelece responsabilidades claras para a administração, as áreas de negócios, as funções de controle e a Auditoria Interna. A administração é responsável por assegurar organização adequada, gerenciamento de riscos efetivo, cumprimento dos requisitos legais e internos e implementação de diretrizes compatíveis com a natureza, a complexidade e a relevância das atividades.

A responsabilidade primária pela gestão diária dos riscos permanece com as áreas de negócios e de infraestrutura em que os riscos se originam. As funções independentes de Risco e Compliance definem os arcabouços, políticas, metodologias e limites, realizam monitoramento e revisões independentes, consolidam o perfil de riscos e promovem o escalonamento de temas materiais. A Auditoria Interna atua de forma independente, avaliando a efetividade da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

Comitês especializados apoiam a administração na tomada de decisões, no acompanhamento do perfil de riscos, na aprovação de limites e na avaliação de temas relevantes. As alçadas de decisão e as responsabilidades individuais são formalizadas, garantindo transparência, prestação de contas e adequada segregação de funções.

O Comitê da Diretoria Executiva (BoD) é o órgão central de governança local e detém responsabilidade final pela aprovação e revisão das políticas, estratégias, limites, RAS, programa de testes de estresse, planos de capital e contingência e demais componentes relevantes da estrutura de riscos e capital. O Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC) é o fórum central para revisão e decisão sobre temas de riscos e capital, monitora o inventário de riscos, a aderência à RAS, os resultados dos testes de estresse e a adequação de capital e recomenda matérias ao BoD. O Comitê de Auditoria apoia a supervisão da efetividade da gestão de riscos, dos controles internos, processos e sistemas. A Comissão de Provisão apresenta mensalmente uma análise das provisões de crédito às diretorias de Riscos e Finanças, que são posteriormente apresentadas aos CROC.

A estrutura de governança do DBSA estabelece responsabilidades claras para a administração, as áreas de negócios, as funções independentes de controle e a Auditoria Interna, assegurando gestão prudente e efetiva dos riscos. A administração é responsável por garantir uma organização adequada, um gerenciamento de riscos efetivo, conformidade com requisitos legais e regulatórios e a manutenção de estruturas de controle compatíveis com a natureza, porte, complexidade e perfil de risco da instituição.

O modelo de governança é suportado pelo conceito de Três Linhas de Defesa, que define responsabilidades distintas e complementares para gerenciamento e supervisão dos riscos.

Primeira Linha de Defesa

As áreas de negócios e funções de infraestrutura são responsáveis pela gestão dos riscos originados em suas atividades. Compete a essas áreas identificar, avaliar, controlar, monitorar e reportar riscos, bem como implementar controles adequados, executar atividades de supervisão e promover ações corretivas quando identificadas deficiências ou exposições acima dos níveis aceitáveis.

Segunda Linha de Defesa

As funções independentes de Risco e Compliance são responsáveis pela definição dos arcabouços, políticas, metodologias, limites e padrões de controle aplicáveis à instituição. Essas funções realizam monitoramento independente, revisão das decisões de negócio, consolidação do perfil de riscos, reporte aos fóruns de governança e acompanhamento da aderência ao apetite por risco e aos requisitos regulatórios.

Terceira Linha de Defesa



A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva, avaliando periodicamente a efetividade da governança corporativa, do sistema de controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos. A Auditoria fornece avaliações independentes à administração e aos órgãos de governança sobre a adequação e a efetividade das estruturas de controle e gestão da instituição.

Canais de disseminação da cultura de riscos na instituição.

A cultura de riscos é disseminada por meio de padrões de conduta, políticas e procedimentos, comunicação, treinamentos periódicos, definição clara de responsabilidades, incorporação de objetivos de risco à gestão de desempenho e mecanismos de escalonamento. O Código de Conduta estabelece a expectativa de comportamento ético e de observância às leis, regulamentações e normas internas.

A administração promove transparência e responsabilização, encoraja o questionamento independente e exige o escalonamento tempestivo de exposições, falhas de controle, eventos e tendências que possam afetar o perfil de riscos do DBSA. O cumprimento dos treinamentos obrigatórios e a aderência às políticas são monitorados, e violações estão sujeitas às medidas de gestão aplicáveis.

Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos.

O DBSA mantém processos para identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar riscos financeiros e não financeiros. A mensuração combina métricas regulatórias e econômicas, limites, indicadores de risco, análises de sensibilidade, testes de estresse, avaliações de riscos e controles e análise de cenários, conforme a natureza de cada risco.

Para riscos financeiros, são utilizadas métricas de exposição, ativos ponderados pelo risco, capital, liquidez, concentração, qualidade de crédito e sensibilidade a fatores de mercado. Para riscos não financeiros, o perfil é avaliado por meio de avaliações de riscos e controles, indicadores-chave de risco, eventos e perdas internas e externas, monitoramento de deficiências e avaliação de mudanças relevantes. Os resultados são agregados para permitir visão integrada do perfil de riscos e comparação com a RAS e com a capacidade de capital e liquidez. As metodologias, premissas e modelos relevantes estão sujeitos a processos de governança, validação e revisão periódica.

Processo de reporte de riscos ao Conselho de Administração e à diretoria.

O DBSA mantém processo periódico e extraordinário de reporte de riscos à administração e aos comitês competentes. Os reportes apresentam o perfil de riscos, a utilização de limites, a aderência à RAS, as principais concentrações, os resultados de testes de estresse, os eventos e perdas relevantes, as deficiências de controle, as tendências emergentes e as ações de mitigação.

A frequência e o nível de detalhamento são definidos conforme a materialidade e a natureza de cada risco. Violações de limite, deteriorações relevantes do perfil de riscos, eventos significativos e temas que possam afetar capital, liquidez, continuidade de negócios, clientes ou conformidade regulatória são escalonados tempestivamente, independentemente do ciclo regular de reporte. Os fóruns de governança acompanham as ações corretivas e podem determinar redução de exposição, reforço de controles, revisão de limites ou outras medidas para restabelecer a aderência ao apetite por risco.

Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse.

O programa de testes de estresse complementa as métricas tradicionais de risco e é utilizado para avaliar a resiliência do DBSA em condições adversas, apoiar o planejamento estratégico, o gerenciamento de capital e liquidez, a definição do apetite por risco e a preparação de planos de recuperação. O programa compreende análises de sensibilidade e



cenários prospectivos aplicáveis a riscos específicos e de forma integrada, incluindo cenários severos, porém plausíveis, e testes reversos quando pertinentes.

Os cenários consideram fatores macroeconômicos, de mercado, crédito, liquidez e riscos operacionais capazes de afetar o balanço, os resultados, o capital e a liquidez. Os resultados são avaliados pela administração e utilizados para revisar planos, limites, buffers e ações de mitigação. Dependendo do objetivo e das premissas, os testes internos podem cobrir horizontes plurianuais. O DBSA também executa exercícios regulatórios conforme as metodologias e os requisitos definidos pelas autoridades competentes.

Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade.

As estratégias de mitigação são definidas de acordo com a natureza e a materialidade de cada risco e incluem limites e restrições de exposição, garantias e acordos de compensação, hedge, diversificação, estruturas de aprovação, controles preventivos e detectivos, segregação de funções, continuidade de negócios, seguros, planos de ação e procedimentos de escalonamento. A seleção do mitigante considera sua efetividade, executabilidade, custo, base legal e impacto residual.

A efetividade é avaliada pelo monitoramento da exposição residual, da utilização de limites e dos indicadores de risco, pela realização de testes de estresse e de controles, pela análise de eventos e perdas e pelo acompanhamento das ações corretivas. Quando a exposição residual excede o apetite ou o mitigante deixa de ser efetivo, o DBSA pode restringir ou reduzir a atividade, reforçar controles, alterar limites, exigir proteção adicional ou aceitar formalmente o risco de acordo com as alçadas aplicáveis.

Breve descrição do gerenciamento de capital, incluindo avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência.

Acompanhamento da Adequação dos Valores de Capital

O acompanhamento dos valores de capital é realizado mensalmente. Os valores de capital regulatório e econômico abrangem também o valor do capital contábil, atendendo aos limites da legislação local e aos limites da matriz, como exemplo, o limite de exposição ao país.

Capital Regulatório

Os valores de capital regulatório são apurados tanto para fins locais, como para a matriz, seguindo as respectivas legislações. Para fins locais, apura-se o capital regulatório com base na Resolução CMN nº 4.958/2021 (e regulamentação complementar), enquanto que para a matriz do Grupo DB, são aplicados os conceitos de Basileia adotados globalmente.

Capital Econômico - Riscos Não Cobertos no Capital Regulatório

O cálculo de capital econômico existe somente no nível global. O capital econômico reflete o risco da Instituição utilizando modelos próprios, o qual abrange riscos de crédito, de mercado e operacional (incluindo nesse último o risco reputacional).

Globalmente, o Grupo DB se utiliza também de conceitos como resultado sobre capital econômico, lucro econômico e construção/destruição de valor (retorno acima ou abaixo de certa taxa mínima). A alocação de recursos se dá considerando resultado econômico (na distribuição de capital e *funding*, por exemplo, são beneficiadas as áreas mais rentáveis do ponto de vista de capital econômico).

Em síntese, apura-se o capital econômico com base nos modelos internos aceitos globalmente para fins de reporte para a matriz, o qual é alocado de acordo com a representatividade da filial, independente dos produtos que são operados em cada país.

Para fins locais, entende-se que os requisitos mínimos de capital regulatório estabelecidos pelo Banco Central do Brasil são suficientes para cobrir os riscos relacionados ao modelo de operação do DB Brasil, devido aos seguintes fatores:



- A regulamentação atual cobre todos os riscos relacionados ao capital regulatório (mercado, crédito, operacional e IRRBB);
- Não são identificados outros riscos mensuráveis, além dos mencionados acima;
- Dada a necessidade imposta pela legislação local de mensurar todas as operações igualmente, entende-se que o capital regulatório alocado para algumas operações com empresas do Grupo DB, supera o valor do capital econômico.

Com base nas razões supramencionadas, o patrimônio de referência atual do DB Brasil é suficiente para cobrir os riscos inerentes à estrutura de operações da Instituição.

3. Gerenciamento do Risco de Liquidez (Tabela LIQA – Informações Qualitativas)

Estrutura, Papéis e Responsabilidades do Gerenciamento de Risco de Liquidez

A descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos, que abrange o Gerenciamento de Risco de Liquidez, está divulgada na webpage (sítio eletrônico) do DB Brasil, bem como na intranet local do Banco.

A área de MVRM (Market and Valuation Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Mercado e Precificação) é responsável pela revisão independente que opera como parte da segunda linha de defesa, sendo responsável por supervisionar e avaliar a eficácia das atividades de gerenciamento de risco de liquidez realizadas pela área de Treasury (Tesouraria) do DB Brasil. Ao executar suas atividades de supervisão e validação, a área de MVRM desempenha um papel fundamental na supervisão e manutenção do quadro de gerenciamento de risco de liquidez.

Estão atribuídas como responsabilidades da área de MVRM, os limites de risco de liquidez, governança de produtos, monitoramento do risco de liquidez e a comunicação dos resultados das atividades de supervisão e validação da área de MVRM às partes interessadas apropriadas.

A área de Treasury, unidade segregada das áreas de Negócios, atua como primeira linha de defesa no gerenciamento de risco de liquidez, tendo como responsabilidades, apetite ao risco de liquidez, limites de liquidez, colchão de liquidez, governança de produtos, gerenciamento do risco de liquidez intradiário, registro de operações, posições e *hedge* (proteção) e ao desenvolvimento, implementação e uso do modelo de risco de liquidez.

Estratégia de Liquidez (Captação de Recursos e Mitigação de Riscos)

A estratégia de liquidez do DB Brasil é definida com base nos resultados apresentados nos relatórios de risco de liquidez e nas condições de mercado. Para manter um nível adequado de liquidez, o DB Brasil trabalha com um nível mínimo de ativos líquidos, evita concentrar as suas captações em um número reduzido de clientes e no curto prazo.

Processos para Gerenciamento do Risco de liquidez

O DB Brasil enfatiza a gestão prospectiva do gerenciamento do risco de liquidez, pois acredita que ações preventivas são menos dispendiosas do que ações corretivas. Os principais controles do risco de liquidez são:

- Teste de estresse de liquidez: gerenciamento de possíveis cenários e implicações no nível de liquidez decorrentes de variações nas condições de mercado ou alterações inerentes ao perfil do balanço patrimonial do DB Brasil. Os pressupostos do teste de estresse de liquidez são definidos de acordo com metodologia global do Grupo DB com possibilidade de adaptações ao mercado local conforme avaliação da área de Treasury e revisão da área de MVRM. Esse relatório é preparado de forma mensal, mas pode ser preparado diariamente, caso a equipe da área de Treasury julgue necessário. Os resultados do teste de estresse são enviados à área de MVRM. Caso haja um resultado



negativo no teste de estresse de liquidez, o CROC deverá aprová-lo e, além disso, esse resultado será comunicado ao BoD;

- Anualmente, as premissas do modelo são revalidadas pela área de MVRM e o resultado da validação é apresentado ao CROC;
- Relatórios de Fluxo de Caixa (RFC): Monitorar fluxos acumulados por moeda, por entidade e por prazo [limitados a noventa dias] e compará-los a limites estabelecidos por moeda pela área de Treasury. Esse relatório é preparado diariamente e distribuído para a área de LRM (Liquidity Risk Management). Eventuais excessos no RFC cujos valores estão definidos na RAS (Risk Appetite Statement - Declaração de Appetite por Risco), poderão ser aprovados pelo responsável da área de Treasury do DB Brasil, do contrário deverão ser aprovados pelo responsável da área de LRM;
- Perfil das Captações: monitorar os diversos produtos, preço, prazo e concentração das captações feitas pelo DB Brasil. O monitoramento é feito mensalmente, porém pode ser realizado diariamente, caso a equipe da área de Treasury julgue necessário. Em caso de excesso do limite máximo de concentração de depositantes, o CROC deve aprová-lo; e
- Plano de contingência de liquidez: o Grupo de Gestão de Risco de Liquidez (GGRL) tem como objetivo principal estabelecer políticas e procedimentos de contingência, com a responsabilidade de decidir quais serão as medidas adotadas com o objetivo de otimizar o equilíbrio financeiro e reduzir o risco reputacional do DB Brasil.

As métricas de liquidez são atualizadas e reportadas diariamente aos membros do GGRL e mensalmente ao CROC. Tais métricas abrangem:

- i. Indicadores internos: teste de estresse, RFC (Relatório de Fluxo de Caixa), reserva mínima de liquidez e custo médio dos CDBs (Certificados de Depósito Bancário);
- ii. *Rating* (classificação) de crédito no Brasil: *downgrade* (rebaixamento) do *rating* de crédito do DB Brasil; e
- iii. Indicadores de mercado: porcentagem do *haircut* dos títulos públicos do Governo Brasileiro (valor de mercado secundário versus pu 550); monitorar a variação da taxa de câmbio (USD/BRL).

Se dois ou mais indicadores (teste de estresse, RFC e *Rating*) excederem o nível de atenção, o GGRL deverá ser convocado para decidir se ações adicionais deverão ser tomadas.

O plano de contingência de liquidez estabelece objetivos e procedimentos do DB Brasil. As medidas aplicadas poderão ser adotadas de forma e intensidade diferentes sendo: medida de financiamento e o gerenciamento dos ativos.

4. Gerenciamento do Risco de Crédito (Tabela CRA – Informações qualitativas)

Política e Limites Internos Associados ao Risco de Crédito

Todas as normas, procedimentos, requerimentos legais, seguem as diretrizes de crédito globais do Grupo DB.

O objetivo da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito é estabelecer princípios, detalhando os processos de crédito, as funções e as responsabilidades para o portfólio, em linha com as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.966/2021. Visa garantir que: (i) o processo de crédito seja bem compreendido; (ii) um alto nível de integridade e consistência do processo de gerenciamento de risco de crédito seja mantido; e (iii) os colaboradores possam se familiarizar rapidamente com as normas do DB Brasil.

As utilizações em aberto nos limites de crédito são monitoradas continuamente. O sistema emite alertas de excedentes aos analistas de crédito de forma automática e em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito precisam ser investigados e justificados. Quando aplicável,



deve-se estabelecer plano de ação específico para efetiva regularização (por exemplo, cancelamento ou aumento de limite).

Os limites de crédito estabelecem o máximo de risco de crédito que o DB Brasil está disposto a assumir por determinado prazo. Eles relacionam produtos, condições de exposição entre outros fatores. Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito) através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar ou estender os limites de crédito existentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com a qualificação profissional e experiência de cada membro da área de CRM.

As aprovações de crédito são dadas por dois profissionais com autoridade de crédito, sendo que ao menos um deles deve possuir a alçada necessária para a proposta em questão.

Os limites operacionais (ou autorizações de crédito) devem ser revisados e aprovados pelo BoD com periodicidade mínima anual, sendo documentados na ata da referida reunião.

Os limites para as contrapartes identificadas como Ativos Problemáticos, com risco de inadimplência ou que já tenham inadimplido devem ser reduzidos, sempre que possível, apenas o suficiente para cobrir seus montantes em dívida. Adicionalmente, os ratings de crédito dessas contrapartes deverão ser revistos e ajustados para refletir a deterioração da qualidade creditícia, bem como classificação de estágio adequado, conforme a Resolução CMN nº 4966/2021.

Os limites de concentração estão estabelecidos no documento RAS (Declaração de Appetite por Risco ou Risk Appetite Statement), e apresentados mensalmente no CROC.

Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Crédito

A descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos, que abrange o Gerenciamento de Risco de Crédito, está divulgada no sítio eletrônico (webpage) do DB Brasil e contempla critérios e procedimentos, claramente definidos e documentados, acessíveis aos envolvidos nos processos de concessão e de acompanhamento de operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo:

- Avaliação periódica do grau de suficiência dos instrumentos mitigadores;
- Detecção de indícios e prevenção da deterioração da qualidade creditícia da contraparte;
- Tratamento das exceções aos limites e níveis de apetite por risco de crédito fixados na RAS (Declaração de Appetite por Risco ou Risk Appetite Statement);
- Cobrança e recebimento de créditos; e
- Recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é desempenhada pela área de CRM, sendo essa área segregada das demais unidades de negócios do DB Brasil, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM é a unidade do DB Brasil responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do DB Brasil e
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

A área de Negócios é responsável por dar origem ao processo de crédito, solicitando limites de crédito ao cliente. Esse processo continua com a execução das avaliações iniciais. As avaliações e suas conclusões são documentadas e resumidas no Relatório de Crédito (ou no Adendo ou *Addendum*) que formam a base necessária para todas as aprovações de crédito.

A área de Negócios também trata da execução no dia a dia do processo de NCA (New Client Adoption ou Adoção de Novos Clientes), processo é supervisionado e algumas vezes apoiado pela área de AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros). Dessa forma,



assume a responsabilidade por atender às exigências de Conheça Seu Cliente (KYC ou Know Your Customer). Em caso de inadimplemento, as responsabilidades pela recuperação das perdas serão atribuídas para a unidade de negócios responsável.

Principais Tópicos de Gerenciamento do Risco de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do DB Brasil, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura. Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes, conforme estipulado nos acordos legais entre o DB Brasil e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e gravidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do DB Brasil;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os limites de crédito, conforme aprovado durante o processo de aprovação de crédito;
- Dados precisos de exposição de acordo com as metodologias de crédito aprovadas; e
- Parâmetros da indústria, país e outros para facilitar a gestão do portfólio e revisões da indústria.

A área de CRM deve emitir regularmente relatórios gerenciais com o objetivo de informar a Diretoria Executiva a respeito do desempenho do gerenciamento do risco do portfólio de crédito, em linha com as políticas e estratégias estabelecidas.

Na reunião mensal do CROC (Capital & Risk Oversight Committee – Comitê de Supervisão de Capital e Riscos), um membro da área de CRM apresenta um relatório gerencial contendo quadro com as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- A avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Informações relativas às exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação; e
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação.

Adicionalmente, na reunião mensal de CLP (Credit Loss Provision) são avaliadas a suficiência e a evolução das provisões para perdas esperadas de crédito. Nesse fórum, também são discutidos os cenários macroeconômicos prospectivos utilizados no componente *forward looking* do modelo, considerando projeções para os próximos anos e os seus potenciais impactos sobre a mensuração das perdas esperadas. No caso do portfólio local, a análise considera a aderência dos indicadores utilizados no modelo global à realidade brasileira.

O CRO (Chief Risk Officer) do DB Brasil apresenta mensalmente aos membros do BoD (Board of Directors – Comitê da Diretoria Executiva) um consolidado dos principais pontos do portfólio de riscos de crédito previamente reportados no CROC.

**Gerenciamento do Risco de Crédito por Contraparte: Tabela CCRA – Informações Qualitativas**

O risco de crédito de contraparte, ao qual o DB Brasil está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O DB Brasil mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Instituição.

O DB Brasil avalia e consolida globalmente todas as exposições/ linhas de crédito de um grupo financeiro (*One-obligor* principal – princípio de um único grupo financeiro). Todas as linhas de crédito de um grupo financeiro são agregadas nos respectivos sistemas de tecnologia da informação.

Uma única contraparte (ou único grupo econômico), para fins do gerenciamento do risco de crédito, deve agregar as contrapartes conectadas, as quais compartilham o risco de crédito, por meio de relação de controle.

Os critérios utilizados para a identificação de cada grupo de contrapartes conectadas devem ser documentados, devendo ser igualmente documentadas eventuais exceções de tratamento como contraparte única as contrapartes conectadas por relação de controle como a ausência de compartilhamento do risco de crédito entre elas.

Os rebaixamentos de classificação de *rating* geralmente deverão ressaltar uma deterioração na qualidade de crédito da contraparte (grupo) em questão, que potencialmente reduzirá o apetite de risco do DB Brasil.

A KCP (Key Contact Person – Pessoa de Contato Principal) precisa documentar (por meio de um adendo ou pela revisão anual de crédito, se o rebaixamento for parte da revisão anual de classificação, em ambos os casos no máximo dentro de dois meses) o impacto do rebaixamento da classificação de *rating* sobre o apetite de risco do DB Brasil e tomar as medidas necessárias para gerenciar a exposição. Se a classificação de crédito de qualquer tomador for rebaixada em três (3) pontos ou mais, a exposição de crédito precisará de nova aprovação ao nível de autoridade consistente com essa nova classificação.

5. Gerenciamento do Risco de Mercado (Tabela MRA – Informações Qualitativas)

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Estrutura, Responsabilidade e Modelo de Negócio do Gerenciamento do Risco de Mercado

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado do DB Brasil está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A estrutura de gerenciamento compreende papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura.

O CROC (Capital & Risk Oversight Committee – Comitê de Supervisão de Capital e Riscos) é o principal fórum para discussão de assuntos relacionados a risco de mercado e tem responsabilidade por:

- Monitorar medidas de risco de mercado como VaR (Value at Risk ou Valor em Risco), Stress Test (Teste de Estresse) e sensibilidades para o DB Brasil;



- Monitorar medidas do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil como o risco ao Valor Econômico (Delta EVE) e Risco de Resultado de Intermediação Financeira (Delta NII);
- Monitorar requerimentos de capital para risco de mercado e outros limites regulatórios;
- Aprovar limites operacionais;
- Monitorar excessos de limites;
- Realizar o monitoramento contínuo da efetividade dos controles, processos e ferramentas utilizados pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado; e
- Escalonar ao BoD (Board of Directors – Comitê da Diretoria Executiva) os principais assuntos relacionados a riscos de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado é uma função independente das áreas de Negócios e da área de Auditoria Interna.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado e Precificação (MVRM – Market and Valuation Risk Management) é responsável localmente pela gestão diária do risco de mercado, acompanhamento de limites e utilização em linha com o estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement - Declaração de Apetite por Risco), elaboração do cálculo de VaR (Value at Risk), teste de estresse e *backtesting* e IRRBB (Interest Risk Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária). Mensalmente, apresenta aos membros do CROC as principais métricas de gestão de riscos de mercado e escalona ao CRO e/ou ao CROC.

A unidade do Deutsche Bank em Nova York (DBNY) é responsável pelo gerenciamento geral de risco de mercado a nível regional. A equipe da área de Finance (área de Finanças) no Brasil fornece suporte operacional local enviando as informações necessárias para o cálculo de risco de mercado do DB Brasil.

A área de Processamento de Risco de Mercado (MRAC – Market Risk Analysis & Control) fica responsável pelo processamento global de todas as métricas de risco de mercado a nível regional, sob a estrutura de MVRM.

A área de Auditoria Interna é responsável pelo monitoramento do cumprimento das políticas e procedimentos de Gerenciamento de Risco de Mercado definidas pelo Banco.

Estratégia e Processos no Gerenciamento de Mercado

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado do DB Brasil, assim como os limites, são definidos com base no apetite por risco do DB Brasil e no Plano Estratégico de Riscos aprovado pelo BoD e pelo CROC anualmente.

Os limites de risco são baseados em vários fatores, dentre eles o apetite do DB Brasil ao risco, complexidade de suas operações, liquidez de mercado, orçamento e uma avaliação do mercado local. Eventuais excessos nos limites de risco de mercado serão escalonados em consonância ao disposto na RAS (Declaração de Apetite por Risco ou Risk Appetite Statement) do DB Brasil.

As principais ferramentas utilizadas pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- Sensibilidades: São divididas em categorias, tais como Taxas de Juros e Câmbio. Alguns exemplos de medidas utilizadas são: FX Delta e PV01's;
- VaR: Medida estatística que sumariza a exposição de uma carteira ao risco de mercado em condições normais de mercado;
- Stress Test: Medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de MVRM;
- Risco ao Valor Econômico (Delta EVE): Medir o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária em diferentes cenários de taxas de juros considerando riscos de opcionalidades;



- Risco de Resultado de Intermediação Financeira (Delta NII): Medir o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- Risco de Perdas e Ganhos embutidos: Definido como a diferença entre o valor presente das posições ativas, passivas e das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (off-balance sheet) sujeitos ao IRRBB e o respectivo valor contábil, sendo monitorado pelo limite de PV01 máximo da carteira bancária que faz o hedge da posição accrual da carteira e também pelo limite de perda embutida dado pelo valor financeiro nominal da diferença a mercado e accrual; e
- *Backtesting*: Processo diário de comparação entre os resultados financeiros oriundos de movimentações de mercado e a estimativa prévia do VaR.

Principais Características dos Sistemas de Informação e de Mensuração dos Riscos

Em linha com os requerimentos estabelecidos na Resolução BCB nº 111/2021, o DB Brasil emitiu a Política de Classificação e Monitoramento das Carteiras de Negociação (Trading Book) e Bancária (Banking Book).

Para a carteira bancária (Banking Book), o DB Brasil adota a mesma metodologia utilizada para mensuração do risco de taxas de juros utilizada para a carteira de negociação (Trading Book) divulgada pelo BACEN para exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2), exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços (RWAJUR3) e à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (RWAJUR4). Esta opção se deve ao fato da carteira bancária apresentar descasamentos de prazos relativamente pequenos e seus valores serem significativamente inferiores em relação às posições da carteira de negociação.

Quanto ao cálculo das exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Reais (RWAJUR1), a metodologia adotada sofre alterações visando cobrir o prazo médio das principais operações da carteira bancária. O prazo utilizado é de sessenta (60) dias úteis, tanto para os cálculos do VaR Padrão quanto para a parcela do VaR estressado.

O DB Brasil não possui operações sem vencimento na carteira ativa. No lado passivo, encontram-se os depósitos de conta corrente e os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez diária, os quais não afetam os cálculos de requerimento de capital, visto que são realizados em moeda local (Reais). Eventual impacto de liquidação antecipada dessas carteiras poderia causar impacto no risco de liquidez.

O controle de risco de liquidez do DB Brasil contempla possíveis impactos causados pelo saque de depósitos com liquidez diária por meio do Relatório de Teste de Estresse de Liquidez, no qual utiliza-se alguns pressupostos de saque para o depósito à vista, resgate antecipado e renovação para os CDBs, desta forma avaliando estes impactos na liquidez corrente do DB Brasil.

6. Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (Tabela IRRBBA – Informações Qualitativas)

O IRRBB (Interest Risk Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Estrutura, Responsabilidade do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

A Estrutura de Gerenciamento de Riscos do DB Brasil contempla todos os riscos relevantes definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017. Baseia-se no fato de que todas as operações que tenham por essência a manutenção de seus ativos, estão classificadas na carteira bancária. Dado o atual modelo de negócios do DB Brasil, a maioria das operações ativas e todas as captações de recursos estão registradas na carteira bancária.



Observa-se o relativo “casamento” entre o *funding* (captação) e o repasse, particularmente em relação às operações ativas da área de Corporate Bank – Trade Finance (CB - TF) e as operações passivas da área de Treasury. Por esse motivo, é feita a verificação da correlação entre o volume de captações e respectivos repasses classificados na carteira bancária, garantindo dessa forma o equilíbrio dessa carteira.

A verificação mencionada acima contempla não apenas a análise dos valores absolutos, mas também prazos, taxas, indexadores e moedas.

A área de Market and Valuation Risk Management (MVRM - Gerenciamento de Risco de Mercado e Precificação) é responsável por definir o apetite ao risco do IRRBB (Interest Risk Rate in the Banking Book – Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) baseado em abordagens do valor econômico (EVE - Economic Value of Equity) e resultado de intermediação financeira (NII - Net Interest Income), produzir e atualizar a Política de IRRBB, monitorar o EVE e o NII, definir os limites das métricas de IRRBB e produzir os relatórios de EVE e NII.

A área de Treasury (Tesouraria) é responsável por gerenciar o NII e o EVE do DB Brasil.

A equipe da área de Finance (Finanças) - Product Control (Controle de Produtos) é responsável por garantir que as operações estão aderentes à Política de Classificação e Monitoramento das Carteiras de Negociação (“Trading Book”) e Bancária (“Banking Book”).

Estratégia e Processos no Gerenciamento de Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado do DB Brasil, assim como os limites, são definidos com base no apetite por risco do DB Brasil e no plano estratégico de riscos aprovado pelo BoD e pelo CROC anualmente.

Os limites de risco são baseados em vários fatores, dentre eles o apetite do DB Brasil ao risco, complexidade de suas operações, liquidez de mercado, orçamento e uma avaliação do mercado local. Eventuais excessos nos limites de risco de mercado serão escalonados em consonância ao disposto na RAS (Declaração de Apetite por Risco ou Risk Appetite Statement) do DB Brasil.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas. Relatório produzido mensalmente e apresentado ao CROC e ao BoD;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um ano;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente. Com um limite para posição a mercado que faz o hedge das posições accrual da carteira bancária; e
- Perdas e Ganhos Embutidos: Métrica calculada como o PV01 da Carteira Bancária em gap entre as posições marcadas a mercado e as posições em Accrual e o seu valor financeiro estressado com um choque de variação de 400bps num horizonte de tempo de 1 mês.

Principais Tópicos e Metodologias do Gerenciamento do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária

O DB Brasil marca a mercado todas as operações da carteira bancária com as curvas atuais de mercado e com a curva estressada, conforme descrito nos cenários abaixo e a diferença entre o MtM (Mark to Market – Marcação a Mercado) e o MtM estressado gera o risco ao valor econômico.

Quanto aos cenários, o DB Brasil utiliza os mesmos cenários padronizados pelo Comitê de Basileia (BIS - Bank for International Settlements) e também na Circular BACEN nº 3.876/2018 para o cálculo do EVE.



O DB Brasil projeta o resultado de intermediação financeira em um cenário base com o balanço patrimonial estático do período, assumindo que as posições serão renovadas com o mesmo *spread* e comparadas com o resultado de intermediação financeira em diferentes cenários. São utilizados choques de +400bps e -400bps nos cenários de resultado de intermediação.

Reclassificação entre Carteiras

Não houve reclassificação entre as Carteiras Bancária e de Negociação no período.

7. Gerenciamento do Risco Operacional (Tabela ORA – Informações Qualitativas)

Tabela ORA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional

As políticas e estratégias para o gerenciamento do risco operacional.

O DBSA gerencia o risco operacional por meio de um arcabouço integrado destinado a identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar, mitigar e reportar o risco de perdas decorrentes de processos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos ou de eventos externos. O arcabouço abrange riscos legais e considera, de forma coordenada, riscos relacionados a tecnologia, continuidade de negócios, terceiros, fraude, conduta, execução de processos, segurança da informação e mudanças.

As políticas estabelecem princípios, papéis, responsabilidades, taxonomia, apetite por risco, processos de avaliação e escalonamento e requisitos mínimos de controle. O risco operacional é considerado no planejamento, na aprovação de novos produtos e serviços, em mudanças relevantes, na contratação de terceiros e na gestão contínua das atividades. As áreas responsáveis devem manter os riscos residuais dentro do apetite aprovado, implementar controles compatíveis e corrigir tempestivamente deficiências identificadas.

A estrutura organizacional, incluindo papéis e responsabilidades do pessoal da instituição no gerenciamento e controle do risco operacional.

O risco operacional é gerenciado segundo o modelo de três linhas de defesa. A primeira linha, composta pelas áreas de negócios e de infraestrutura, é responsável pelos riscos originados em suas atividades, pela execução dos controles, pela identificação e comunicação de eventos e deficiências e pela implementação de ações corretivas.

A segunda linha, exercida pelas funções independentes de Risco Operacional e Compliance, define o arcabouço, as políticas e as metodologias, realiza monitoramento e revisão independente, consolida o perfil de risco operacional e reporta exposições relevantes aos fóruns de governança. A terceira linha, Auditoria Interna, fornece avaliação independente sobre a adequação e a efetividade da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles. O Comitê de Supervisão de Capital e Riscos (CROC) supervisiona o perfil de risco, as violações de apetite, os eventos materiais e o andamento das medidas de remediação.

Sistemas, rotinas e procedimentos utilizados para mensurar o risco operacional.

O DBSA utiliza um conjunto de ferramentas e processos inter-relacionados para mensurar e acompanhar o risco operacional. Esses mecanismos incluem avaliações de riscos e controles; indicadores-chave de risco; registro e análise de eventos e perdas internas; utilização de dados externos; avaliação de riscos em novos produtos, serviços e mudanças; monitoramento de deficiências e planos de ação; e testes de estresse.

As informações quantitativas e qualitativas são agregadas para formar o perfil de risco operacional e permitir sua comparação com a RAS. Eventos e deficiências são classificados segundo taxonomia padronizada, avaliados quanto à causa, impacto e recorrência e



vinculados a ações corretivas quando necessário. Indicadores e limites são monitorados periodicamente, e violações ou tendências adversas são escalonadas. O requerimento de capital para risco operacional é apurado segundo a abordagem regulatória vigente, sem substituir os processos internos de identificação e gestão.

O escopo e contexto dos relatórios gerenciais enviados para a diretoria, o Comitê de Supervisão de Capital e Riscos e o Conselho de Administração, incluindo sua periodicidade, os critérios para inclusão de perdas operacionais relevantes e os incidentes que tenham ensejado reportes extraordinários.

Os relatórios gerenciais de risco operacional apresentam visão consolidada do perfil de risco, incluindo aderência ao apetite, indicadores-chave, eventos e perdas, principais exposições, resultados de avaliações de riscos e controles, cenários, deficiências relevantes, riscos emergentes e situação dos planos de ação. O conteúdo é apresentado periodicamente à administração e aos comitês competentes, com nível de detalhe proporcional à materialidade dos temas.

Perdas e incidentes são incluídos nos reportes de acordo com critérios de materialidade financeira e não financeira, considerando impacto em clientes, obrigações legais e regulatórias, continuidade das operações, reputação, recorrência e potencial de propagação. Eventos significativos, violações de apetite ou limite, falhas de controle críticas, incidentes com potencial impacto material e agravamentos relevantes são comunicados extraordinariamente, sem aguardar o ciclo regular. Os reportes identificam causas, impactos, medidas de contenção, responsáveis, prazos e situação das ações corretivas.

Estratégias de mitigação do risco operacional, como políticas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de terceirização, programas de capacitação e o estabelecimento de controles do risco operacional.

A mitigação do risco operacional combina políticas e procedimentos, controles preventivos e detectivos, segregação de funções, gestão de acessos, conciliações, supervisão, testes de controles, continuidade de negócios, segurança da informação, gestão de mudanças, gestão de terceiros, seguros e planos de ação. A exposição residual é monitorada e, quando excede o apetite, são adotadas medidas adicionais, que podem incluir reforço de controles, restrição ou suspensão da atividade, transferência do risco ou aceitação formal nas alçadas competentes.

A cultura de risco é promovida por meio do Código de Conduta, comunicação da administração, treinamentos obrigatórios e específicos, definição clara de responsabilidades e incentivo ao escalonamento tempestivo. A contratação e o acompanhamento de terceiros observam avaliação de risco, diligência, requisitos contratuais, monitoramento de desempenho e continuidade e estratégias de saída proporcionais à criticidade do serviço. A efetividade dos controles e mitigantes é avaliada por testes, indicadores, análise de eventos e perdas, revisões independentes e acompanhamento das ações corretivas.

8. Informações Quantitativas

Anexo I (KM1 - Informações Quantitativas Sobre os Requerimentos Prudenciais)

Apresentação em tabela fixa das principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial.

Anexo II (OV1 - Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco)

Apresentação em tabela fixa da visão geral do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA ou Risk-Weighted Assets) utilizado na apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

Anexo III (CR1 - Qualidade creditícia das exposições)



Apresentação em tabela fixa da visão geral da qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

Anexo IV (CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal)

Apresentação em tabela fixa das mudanças no estoque de operações em curso anormal entre dois períodos.

Anexo V (MR1 - Abordagem Padronizada - Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado)

Apresentação em tabela fixa do montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD).